

Transparência na Amazônia: uma Revisão a partir das Publicações Internacionais

Transparency in the Amazon: a Review from International Publications

Josevana Lucena¹

Suzana Saraiva Noronha Monteiro²

João Paulo Vasconcelos Mendonca Júnior³

Joyce Cléia Rodrigues da Costa⁴

Mauro Margalho Coutinho⁵

¹ Doutora em Administração pela Universidade da Amazônia (UNAMA), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), especialista em Planejamento Governamental e Orçamento Público pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e administradora também pela UFAM. Possui experiência em pesquisas sobre tecnologias em organizações públicas com foco na utilização das mídias sociais para interação do poder público com os cidadãos. Atualmente possui foco de pesquisa em transformação digital no setor público e transparência na Amazônia. E-mail: josevana@gmail.com

² Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia (PPAD-UNAMA). Com bolsa taxa de pesquisa CAPES/PROSUP (2019). Graduada em Administração pela Universidade da Amazônia (2018) - UNAMA. Integrante do Grupo de Pesquisa em Marketing Tecnológico (GMKT) na Universidade da Amazônia, realizando pesquisas nas áreas de Marketing e Inovação Tecnológica com foco em Tendências de Mercado e/ou Intenção de Consumo Tecnológico e Comportamento do Consumidor. Assim como estudando o Potencial do ambiente sócio-econômico do Consumo Colaborativo e sua relação com o Comportamento dos Consumidores de Tecnologias. Utiliza no desenvolvimento das pesquisas análises qualitativas por meio de entrevista semi estruturada. Bolsista de Iniciação Científica (2017-2018), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a Universidade da Amazônia. E-mail: noronha.suzana.18@gmail.com

³ Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade da Amazônia (2017). Mestre em Administração pela Universidade da Amazônia (PPAD - UNAMA), na linha de pesquisa de Gestão do Desenvolvimento. Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia - PPAD UNAMA. Com bolsa de pesquisa CAPES/PROSUP (2021-2025). Integro do Grupo de Pesquisa Gestão Social e do Desenvolvimento Local (GESDEL) e ESCARLATE (Ecologically Smart and Solidary Cities. A Race Before it's Too Late) da UNAMA. Desenvolvendo pesquisas associadas à temática de Cidades Inteligentes e Acessibilidade, Ciência Cidadã, e Tecnologias Aplicadas à questões sociais. Atualmente reposicionando minha carreira para a área Acadêmica Docente. Como principais habilidades, destacam-se: rápida adaptação as mudanças, habilidade para lidar com o público em geral e facilidade para trabalhar em time, assim como repassar conhecimento de forma prática e didática. Somando-se também as habilidades de oratória, facilidade para falar em público, condução de grupos, e facilidade para redigir e analisar textos. E-mail: joaopaulovmendoncajunior@gmail.com

⁴ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade da Amazônia - UNAMA (2018). Bolsista de iniciação científica no período de 2017 à 2018 através da parceria entre a UNAMA e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq). Atuei nos setores administrativos de algumas empresas onde adquiri experiência na área da Administração com ênfase em Ciências Contábeis. E-mail: joycerodrigues.contadora@hotmail.com

⁵ Possui pós doutorado na Universidade do Arizona -Tucson, EUA (2012) em redes tolerantes a atrasos e desconexões, doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará (UFPA - 2006), mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - 2000), Especialização em Engenharia de Software (UFPA) e graduação em Tecnologia em Processamento de Dados (UFPA). Atualmente é professor titular II da Universidade da Amazônia, onde atua nas Pós-graduações stricto-sensu nos programas de Administração (PPAD) e em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental (PPGC) e na graduação de Ciência da Computação e Artes Visuais e Tecnologia da Imagem. É autor do livro Avaliação de Desempenho de Sistemas Computacionais, publicado pela editora LTC. Na UNAMA, coordena o grupo de pesquisa ESCARLATE e o programa de Iniciação Científica (PIBIC). É Analista de Sistemas na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Desenvolve pesquisas associadas à temática de Cidades Inteligentes, Ciência Cidadã e Internet das Coisas. É membro do Grupo de Pesquisa GESDEL (Gestão Social e do Desenvolvimento Local). E-mail: mauro.margalho@gmail.com

Resumo:

Este artigo pretende realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema transparência na Amazônia. Diretamente vinculada à ideia de accountability, uma de suas dimensões, a transparência está também pode ser compreendida como um dos critérios para gestão social. Assim, pretende-se sintetizar os problemas estudados quando se trata das conjunções das temáticas “Amazônia” e “transparência”, relacionando os conceitos desta última quando aplicados na Região Amazônica, analisando a necessidade de uma agenda para os estudos. Para isso, foram utilizados os bancos de dados de informação científica da base Scopus, através de um sistema de filtros consecutivos em que foram selecionados 8 (oito) artigos que contemplavam pesquisas empíricas, cujo tema se destacava. Dessa maneira, dentre os resultados da revisão, percebe-se que na transparência de uma boa governança se promove um contínuo desenvolvimento de práticas com finalidades claras de poder social, ampliando os mecanismos de democracia participativa, que possam promover o envolvimento das pessoas, fazendo-as acreditar nas políticas de ação para a preservação do meio ambiente da Amazônia e o respeito a seus povos.

Palavras-Chave: Transparência; Gestão Social; Amazônia; Floresta; Meio Ambiente.

Abstract:

This paper intends to do a bibliographical review on the theme of transparency in the Amazon. Directly linked to the accountability idea, in one the dimensions, transparency can also be understood as one of the criteria for social management. Thus, we intended to synthesize the studied problem when it comes to conjunctions of the both themes "Amazon" and "transparency", relating the concepts when applied in the Amazon Region, analyzing the need for a study schedule. For this, the databases of scientific information from the Scopus database were used, through a system of consecutive filters in which 8 (eight) articles were selected that included empirical research, where theme stood out. Thus, among the review results, it is clear that the transparency of a good governance promotes a continuous development of practices with clear purposes of social power, expanding the mechanisms of participatory democracy that can promote the involvement of people, making it possible to believe in action policies for the preservation of the Amazon environment and respect for it people.

Keywords: Transparency; Social Management; Amazon; Forest; Environment.

1. Introdução

Mineração, grilagem de terras, desmatamento, assassinato de povos tradicionais, queimadas, a Floresta Amazônica é assunto frequente nos noticiários e debates políticos em todo o mundo. Dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMA ZON, 2021) demonstram que fragilidades no sistema legislativo podem acarretar piora no quadro de preservação ambiental da floresta. Por este motivo, há uma grande

preocupação local, e internacional pela manutenção da floresta em pé (NEPSTAD; STICKLER; FILHO; MERRY, 2008). Assim, entre as necessidades para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, existe a continuidade e efetividade da promoção de sistemas de gestão que possibilitem um ambiente transparente e acessível, com dados fidedignos das ações ocorridas neste território.

Nos últimos anos, muitas pesquisas tratam sobre os conceitos de transparência no governo (FRANKE et al, 2020; LEITE; LIRA, 2020; MACIEL, 2021), nas empresas (DAMASCENA, ALVES, CAMARA, 2011; ALVES, BARBOSA, RIBEIRO, 2018) e da temática da governança e meio ambiente (SOUZA; GOMES, 2020; MACHADO; RESENDE, 2020;), mas a discussão deste conceito na Região Amazônica com suas peculiaridades locais pode trazer novas perspectivas às discussões sobre o tema, com o reordenamento de ideias e aplicações dos conceitos associados como governança, responsabilidade social empresarial preservação da floresta e sustentabilidade das organizações e comunidades que se desenvolvem em seu espaço.

Nesse contexto, a questão que norteia essa pesquisa é: questionar como os trabalhos acadêmicos em âmbito internacional relacionam a transparência no espaço da Amazônia? Portanto, tem-se como objetivo realizar uma revisão bibliográfica acerca de estudos sobre transparência e governança na região amazônica. Como objetivos específicos, busca-se sintetizar os problemas estudados quando se trata da Amazônia, os conceitos de transparência apresentados e analisar a agenda criada pelos estudos.

Para isso, foram utilizados os bancos de dados de informação científica da base Scopus, compreendida como uma das maiores bases de artigos científicos do mundo, utilizando-se como técnica metodológica de tratamento a revisão sistemática e a análise de conteúdo para se chegar aos resultados finais.

É preciso ressaltar que, em geral, o bioma amazônico permanece desconhecido da grande maioria das pessoas. Ainda hoje, meias-verdades estão se espalhando, e a discussão sobre esses temas continuam a ser resolvidos na ausência de seus habitantes que além de tudo contam com um gerenciamento ineficiente dos recursos públicos (FERNANDES, 2020). Portanto, é necessário reverter esse quadro para que o exercício do controle social se torne viável. Uma das possíveis soluções, é a efetividade na transparência da gestão pública, ou seja, as obrigações de prestação de contas que todo gestor deve cumprir. Não esqueçamos que a Amazônia é o lar de muitas pessoas, sejam imigrantes, indígenas e ribeirinhos, que devem ter as condições mínimas para viver com dignidade.

O artigo está estruturado com esta seção introdutória; em seguida, no referencial teórico, serão apresentados alguns conceitos iniciais sobre a definição de transparência pública e discutir-se-á a ideia de Amazônia; segue-se a isso a abordagem metodológica definida; para em seguida termos a apresentação e discussão dos resultados; e, por fim, as conclusões, assim como às possíveis limitações e sugestões para trabalhos futuros.

Como principais achados destaca-se a proposição de indicadores e uma perspectiva transparente para toda a sociedade, visando monitorar grupos que buscam resultados econômicos na floresta, mas não vivem ou se posicionam para reverter os possíveis problemas. Em relação aos resultados de monitoramento, observa-se que se trata de uma ferramenta para estudar a evolução dos níveis de conservação por satélite, onde podem ser obtidas informações mais precisas sobre o controle florestal, por exemplo. No entanto, a questão da transparência dos governos ainda precisa ser ampliada, para que todas as instituições envolvidas na intervenção, que buscam soluções e sugestões para melhorar o desenvolvimento da região, tenham conhecimento destas informações.

2. Referencial Teórico

2.1 Transparência para a Governança Territorial

A partir de 1990, o termo teve grande relevância no âmbito mundial, isso se deve ao surgimento das diversas leis que enfatizavam a importância do acesso à informação como fundamentais nas relações de poder, tendo como intuito tornar os serviços públicos eficazes, como também a possível diminuição da corrupção (CAMARGO FILHO, 2018).

Diretamente vinculada à ideia de accountability, sendo uma de suas dimensões (KOPPELL, 2005), aponta que a transparência também pode ser compreendida como um dos critérios para gestão social (TENÓRIO, 2005), isso acontece a partir da discussão deste tópico que possibilita a diminuição de assimetrias informacionais, facilitando o entendimento de grupos que seriam de outra forma, excluídos dos processos decisórios do governo, motivo pelo qual, em diversos países o acesso à informação se inscreve enquanto um direito dos cidadãos junto aos seus governos (ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012).

No Brasil, em um breve retrospecto, a Lei de Acesso à Informação (LAI) ocorreu de forma lenta e através de outras regulamentações que deram abertura à sua existência. Nesse sentido, além da CF/1988, a transparência também está contemplada na Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na Lei nº 131, de 27 de maio de 2009 (BRASIL, 2009); além da Lei de Acesso à Informação (LAI) sendo normatizado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), e pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 (BRASIL, 2012).

Em outros países da Região Amazônica, existe assegurado o direito à informação pública, como por exemplo: a Colômbia - pioneira nas leis de acesso à informação na América Latina - em sua Constituição de 1985, que estabelece como princípio fundamental o acesso aos arquivos governamentais; o Equador, que possui a Ley Orgánica de Transparencia y Acceso a la Información Pública, desde 2004; e o Peru, que desde a Constituição de 1993, garante disponibilidade a informações de instituições públicas (LOPES, 2011). Observa-se, entretanto, que esta é uma discussão recente como legislação nos países da Amazônia.

Soma-se a isso o princípio da publicidade, enfatizando que as informações governamentais devem ser divulgadas com amplitude a toda sociedade, permitindo-lhes o acesso aos gastos públicos e a garantia de controle, além de legitimar certos atos da Administração Pública (ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012). Diversas visões do termo apresentam-na como sinônimo do princípio da publicidade ou accountability, que pode ser compreendido como a prestação de contas e a transparência de ações que geram confiança entre os governantes e a sociedade (VAZ; RIBEIRO; MATHEUS, 2010).

Outros estudos destacam a transparência como uma ferramenta para além do combate à corrupção, pressupondo o envolvimento da sociedade nos atos de governança pública, moldando políticas públicas (RAUPP; PINHO, 2010). No entanto, há divergências sobre a similaridade dos termos accountability e transparência, com visões opostas no qual se destacam que os dois conceitos podem ser dissociáveis, ainda que se fortaleçam mutuamente, onde o primeiro é destacado como a obrigatoriedade de repassar informações, mesmo que não sejam favoráveis, através da criação e manutenção fidedigna dos registros. Enquanto, o segundo é delineado como o cumprimento de indicadores em um segundo nível pelo reforço à accountability, criando assim oportunidade para os cidadãos contestarem decisões e procedimentos tomados pelo governo (RODRIGUES, 2020).

Em sentido amplo, a possível prestação de contas pode facilitar a promoção de uma administração pública mais aberta à participação social e colaborar na transição da cultura do segredo para a cultura de acesso à informação (SILVERIA; SILVA, 2020), com disponibilização proativa dos seus dados e informações. Assim, as leis atuarão como um instrumento de promoção de direitos e da cultura de informações transparentes,

abertura e prestação de contas, que são elementos centrais da democracia contemporânea” (ANGELICO; TEIXEIRA, 2012).

No entanto, será necessário assegurar a efetividade destas ações que devem impactar sobre as populações relacionadas às ações públicas realizadas por governos de todos os níveis. O reconhecimento do território e a comunicação com esses povos e populações atingidas por quaisquer políticas é fundamental para a melhoria das mesmas, principalmente no que tange a transparência de suas ações. A próxima seção apresentará uma discussão sobre a Amazônia, região com muitas peculiaridades e que possui uma importância de alcance global em se tratando de biodiversidade e clima.

2.2 Amazônia: a Fronteira do Capital Natural

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a região da Amazônia, em termos gerais, compreende a bacia do rio Amazonas, a mais extensa do mundo, formada por 25.000 km de rios navegáveis, com cerca de 6.900.000 km², que formam a Amazônia Internacional composta por nove países, que detém 7 milhões de quilômetros quadrados da América do Sul: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana Francesa e Suriname.

No Brasil, a região foi instituída através da Lei nº 1.806/1953, no Governo Vargas, classificada em três tipos: Amazônia Legal, Brasileira e da região Norte, para promover o desenvolvimento da localidade. Ocupando 5.015.067,749 km², correspondendo cerca de 58,9% do território brasileiro (8.510.295,914 km²), composta por 52 municípios de Rondônia, 22 do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, e 181 do Estado do Maranhão, situados ao oeste do Meridiano 44°, dos quais, 21 deles estão parcialmente integrados à Amazônia Legal (IBGE, 2019).

Já a Amazônia da Região Norte é delimitada na composição dos estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins, com 3.869.639,9 quilômetros quadrados, somando mais de 45% do território brasileiro, compondo assim, grande parte da Amazônia Brasileira (IBGE, 2019).

Diante dessa grandeza, Becker (2005) destaca a Amazônia como fronteira do capital natural numa proporção global, considerando a Amazônia com imenso simbolismo cultural, detentora de uma magnitude de natureza tropical, cuja exploração alavancou o crescimento do sistema capitalista, sem contudo, a própria região conseguir usufruir de algum benefício com a sua exploração. Além da região, ter grande influência nas mais diversas ciências, como por exemplo: a biotecnologia, engenharia genética entre outros (BECKER, 2005; BECKER; STENNER 2008).

A partir desse contexto, a Amazônia tornou-se alvo de disputa de grandes potências mundiais através da diversidade de interesses geopolíticos que vão além dos interesses ambientais, como políticos e econômicos, por representar oportunidades nos mais diversos aspectos para o mundo. Diante desses fatos, percebeu-se a necessidade da existência de políticas consolidadas para o seu desenvolvimento, articulando projetos que visem as diversidades de interesse, bem como, amenizando seus conflitos e visem o desenvolvimento da região, necessitando para isso da transparência diante dos atos realizados (BECKER; STENNER 2008).

3. Procedimentos Metodológicos

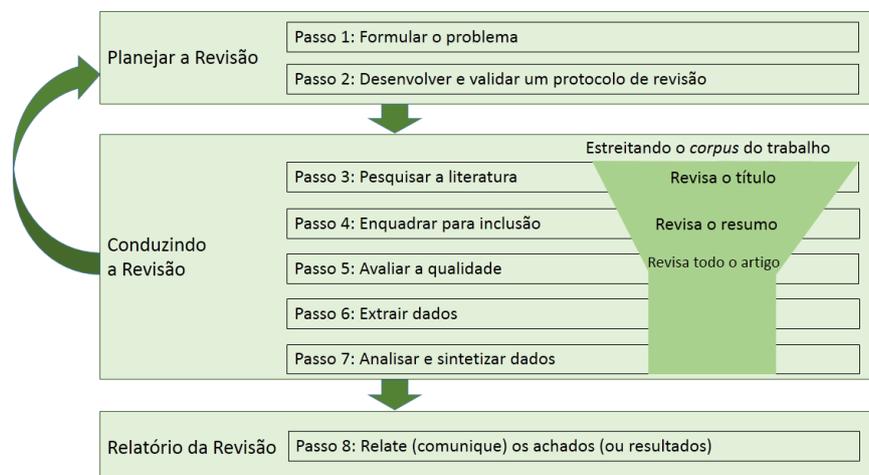
Este artigo se utilizou de uma revisão de literatura para a apresentação de um estudo de transparência na Região Amazônica, assim como busca uma reflexão do leitor quanto a aspectos conceituais, que por vezes, acabam sendo aderentes aos processos de desenvolvimento local. Segundo Freire Galvão e Gomes Perreira (2014), a revisão sistemática da literatura caracteriza-se, prioritariamente, por sua natureza investigativa, bem como em dar atenção especial aos principais estudos desenvolvidos sobre o tema que o autor se propõe a pesquisar. Este estudo também se valeu de uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório descritivo.

Então, a partir das orientações de Xiaou e Watson (2017), utilizamos o caminho metodológico relacionado na Figura 1, em que partindo da formulação do problema de pesquisa sobre como os trabalhos acadêmicos em âmbito internacional relacionam transparência no espaço da Amazônia, procedeu-se à elaboração de um protocolo de revisão, de modo a que pudéssemos replicar a pesquisa também em outras bases de dados e até mesmo no Google Acadêmico que tem um banco de dados extenso, mas bastante desorganizada e sem artigos validados externamente. A segurança proporcionada pela busca na base de dados Scopus foi resultado do conhecimento de que apenas trabalhos avaliados por pares estariam nesta base, bem como contendo validade externa.

Em uma primeira combinação de palavras, a pesquisa ocorreu a partir da filtragem por palavras-chave: a) “transparency” AND “governance” AND “Amazon”; b) “governance in the Amazon”; “transparency in governance”, com retorno de apenas 4 artigos. Em seguida buscou-se melhor combinação de palavras-chaves e booleanos na busca, da seguinte forma: “Transparência” e “Amazônia”. A partir daí, no momento de uso dos filtros foram verificados termos com a seguinte combinação: “transparency” AND “Amazon” OR “Amazon Forest” OR “Amazonia”, filtrados para a área de Business and Economy. Nesta última combinação encontramos o melhor resultado com 56 artigos no total, deste em uma primeira revisão pelo título ficaram 27 artigos.

Estes artigos foram baixados e cada um dos resumos foram analisados, restando após o funil da leitura analítica dos resumos 12 artigos, que tratavam do tema, após a leitura integral destes, 8 restaram, pois, 4 tratavam de transparência no sentido mais contábil, no sentido da transparência da comunicação entre pessoas (análise microsocia) na Amazônia, dentre outros temas que se afastam muito do escopo de debate do trabalho como a análise química transparente dos rios da região.

Figura 1 – Caminho metodológico para a revisão sistemática de literatura



Fonte: Elaborado a partir de Xiaou e Watson (2017).

Durante o processo de tratamento dos dados foram utilizados softwares do pacote Office, da Microsoft, primeiro, utilizou-se o Excel para análise dos títulos, depois, cada integrante da equipe de trabalho selecionou artigos para leitura do resumo em PDF, lido na ferramenta Adobe Acrobat Reader ou Foxit, a análise crítica dos resumos foi repassada para o excel para retirada do banco de dados disposto na nuvem do Google Drive, e aqueles artigos que restaram dúvidas sobre o escopo, passaram por leitura completa de outro integrante da equipe que não o mesmo da primeira análise. Após isso, cada integrante da equipe de pesquisa elaborou resumos focados nas questões de pesquisa do protocolo, a partir da análise do conteúdo dos artigos, de modo a compreender três aspectos basilares dos artigos que poderiam ter adesão à elaboração de políticas públicas de transparência na Região Amazônica: as problemáticas abordadas e a região geográfica da Amazônia que foi lócus de estudo, a compreensão de transparência utilizada e as possíveis agendas elaboradas.

4 Apresentação dos Resultados

Após as análises iniciais, foram encontrados artigos que tratavam do tema transparência na Amazônia, totalizando oito (08) estudos, onde se percebe que os autores buscam um debate que quase sempre se centra no estabelecimento de relações entre meio ambiente e economia, através da análise da transparência e consequente governança de setores importantes na economia e ambiente florestal da região estudada.

Na Amazônia Brasileira, abordagens institucionalistas à governança ambiental as destacam como as políticas em múltiplos níveis e em várias escalas, interagindo para reduzir o desmatamento e interligar intervenções na cadeia de suprimentos, como o zero deforestation, Moratória, e Pecuária de Soja com o governo federal, políticas estaduais e municipais para criação de áreas protegidas.

O Quadro 1 apresenta os artigos que foram utilizados na análise final da revisão, de onde podemos depreender que a preocupação com a transparência na área da Região Amazônica remonta ao final dos anos de 1990, através da busca pelo monitoramento de serviços ambientais, demonstrando que a discussão sobre a materialização da proteção à floresta já está inserida no meio acadêmico há pelo menos duas décadas.

Quadro 1 – Apresentação dos Artigos utilizados na Análise Final

1997	Philip M. Fearnside	Amazônia Brasileira	Transparência do Monitoramento dos Serviços Ambientais	Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change
2001	Judith Kimerling	Amazônia Equatoriana	Transparência Corporativa de Práticas de Proteção Ambiental	Journal of Agricultural and Environmental Ethics
2011	James Haselip	Amazônia Peruana	Transparência no Setor Extrativista	Natural Resources Forum
2014	Raoni Rajão e Yola Georgiadou	Amazônia Brasileira	Transparência para o Cidadão sobre Indicadores do Meio Ambiente	Global Environmental Politics
2015	Roger Merino Acuña	Amazônia Peruana	Transparência no Setor Extrativista	The Extractive Industries and Society
2015	Regine Schonenberg e colegas	Amazônia Brasileira	Transparência na Regulamentação do Uso de Terras	GAIA - Ecological Perspectives for Science and Society

2017	Eduardo Bizzo e Gregory Michener	Amazônia Brasileira	Transparência para a Governança Florestal	Environmental Policy and Governance
2020	Erasmus Ermgassen e colegas	Amazônia Brasileira	Transparência para Economias Sustentáveis	Environmental Research

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

Quatro (04) dos oito (08) artigos encontrados na busca, abordam de forma clara a significância dos termos estudados, porém, existem poucos conceitos a respeito do tema. Os trabalhos também se concentram no universo ambiental da Amazônia. Diante disso, percebe-se que existe baixa evidência de governança em um contexto mais geral a ser abordado, como a partir de perspectivas mais sociais, ou que corroborem para o desenvolvimento local da Região Amazônica, uma vez que se trata de um ambiente amplo de discussões por suas riquezas naturais de plantio, fauna, flora, educacional e econômica.

Em outros contextos onde a transparência na governança é discutida, percebe-se que a questão ambiental é apresentada como envolvendo a credibilidade de instrumentos que apoiem as políticas, uma vez que a governança ambiental é composta pelo fator político, no qual se discute seus interesses e realidades (EMPINOTTI, JACOBI, FRACALANZA, 2016).

Na transparência da boa governança se promove um contínuo desenvolvimento de práticas com finalidades claras de poder social, onde se pode mensurar tanto as ações do estado, como da sociedade civil, bem como dos agentes econômicos, ampliando os mecanismos de democracia participativa, em que de alguma forma, promova-se o envolvimento das pessoas e possibilite a credibilidade nas políticas de ação dentro da dimensão ambiental.

Diante do exposto, Jacobi et al. (2015) destaca o papel da governança que se vê em um processo pelo qual se envolvem várias categorias de atores, instituições, inter-relações e outros, podendo anunciar arranjos particulares, onde se consiga discutir e negociar de forma que o coletivo esteja envolvido a partir dos seus interesses, com ênfase no que é primordial ao bem comum.

Os métodos de pesquisa dos trabalhos seguem conforme demonstrado no Quadro 2. Baseando-se no fato de que buscávamos uma pesquisa aplicada, percebe-se que a maioria dos artigos centra sua análise a partir da construção de casos, a partir de campo ou mesmo dados públicos, dado a natureza do conceito de transparência.

Quadro 2 – Metodologias dos Artigos Analisados

ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORES	MÉTODO DE COLETA DE DADOS	MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS
1997	Philip M. Fearnside	Dados Secundários	Análise Estatística de Dados
2001	Judith Kimerling	Pesquisa de Campo	Estudo de Caso
2011	James Haselip	Entrevistas Semi-estruturadas Dados Públicos Secundários	Estudo de Caso
2014	Raoni Rajão e Yola Georgiadou	Estudo Longitudinal baseado em Dados Públicos	Análise Histórica Estudo de Caso
2015	Roger Merino Acuña	Dados Secundários e Teoria	Estudo de Caso

2015	Regine Schonenberg e colegas	Análise dos Resultados de um projeto Entrevistas	Análise de Conteúdo
2017	Eduardo Bizzo e Gregory Michener	Dados Primários e Secundários	Método Próprio de Avaliação com Pontuação
2020	Erasmus Ermgassen e colegas	Dados Secundários	Criação de Mapas Avaliativos

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

Os métodos escolhidos pelos pesquisadores para análise da transparência também se centram em modos avaliativos das políticas públicas, sendo que praticamente todas as pesquisas partem da empiria para o fortalecimento ou debate de teorias que consolidadas no meio acadêmico devem sofrer mudanças quando do ambiente amazônico, tais como as teorias de transparência corporativa, casos dos estudos de Roger Merino Acuña (2015), Schonenberg (2015) e Kimerling (2001).

5 Discussão dos Resultados

5.1 Os Problemas estudados na Amazônia

De maneira geral, o principal tema de discussão é a análise das ações dos gestores, baseada na transparência ativa e passiva para a avaliação e possível redução do desmatamento nas florestas amazônicas. Apresentando-se como desafio, justamente a ação de transparência por parte dos governadores estaduais, avaliando constantemente o quão transparentes estes são nas divulgações e respostas às demandas de desmatamento (BIZZO; MICHENER, 2017).

Considera-se ainda como um grande problema, a credibilidade do Brasil quando trata-se da manutenção da Amazônia, e a divulgação de que as taxas de desmatamento realmente aumentaram, o longo atraso na divulgação de dados explica-se na relutância em divulgar informações incorretas. Essa falta de transparência e demora nas informações traz várias consequências, como as restrições às importações de madeira tropical por serem consideradas de fontes insustentáveis, além de, menos disposição para financiar estradas, barragens e outra infraestrutura que acelera o processo de perda florestal. Salienta-se então a necessidade da credibilidade, transparência e acesso à informação, dentro do monitoramento de protocolos e processos institucionais para o melhor controle das atividades florestais na região amazônica (FEARNSIDE, 1997).

Essa necessidade de monitoramento da Amazônia, através de indicadores de transparência, bem como, outros estudiosos enfatizam o problema da transparência, por exemplo, consideram as pessoas não saberem o quanto o município recebe e quanto vai investir, gerando conflitos e uma percepção negativa das autoridades. Para outros, o principal problema é a gestão de conflitos e a concentração de intervenções nas fases de crise e não na prevenção e depois da crise. Ainda, alguns estudos abordam a necessidade de mais incentivos e mais apoio aos compromissos com a Iniciativa de Transparência, como por exemplo, das Indústrias Extrativistas (ZU ERMGASSEN; 2020; HASELIP JAMES, 2011).

Outros estudos enfatizam as participações da população em debates políticos sobre a governança na Amazônia, que além de aumentar a transparência das mesmas, proporcionam um ambiente melhor, provocando mudanças de comportamento e conscientização de responsabilidades e deveres de todos. Assim, deve-se buscar trabalhar com governos, ambientalistas e residentes afetados em países em desenvolvimento, a fim de obter mecanismos transparentes; auditorias participativas e transparentes, com a participação internacional (RAJÃO; GEORGIADOU, 2014).

Percebe-se nas problemáticas ao longo dos estudos, que não se trata apenas de transparência pública para o desenvolvimento da região, assim, a próxima subseção trata dos tipos de transparência encontradas nos estudos da revisão.

5.2 Os tipos de transparência na Amazônia

A governança na transparência do âmbito amazônico, assim como os tipos de transparência envolvem-se em questões como os desmatamentos florestais que implicam em uma série de fatores que afetam a economia de uma forma geral, bem como a relação entre países vizinhos. Segundo Fuller (2006), os modelos de monitoramento existem para um possível controle do desmatamento e outras ocorrências existentes nas florestas tropicais de várias regiões como o Brasil e Indonésia, mostrando assim se existe de fato uma transparência na utilização desse processo de monitoramento.

O estudo também aponta que o uso desse satélite para monitoramento quando baseado em imagens de resolução moderada, imagens de sensores e outros recursos mais apurados que podem efetivamente aumentar a transparência no setor florestal, com os quais revelam-se a taxa e extensão do desmatamento durante o ano e podem identificar possíveis áreas da exploração ilegal de madeira (FULLER, 2006).

O mais importante quando se trata da transparência é a importância de avaliação dos sistemas de monitoramento florestal, uma vez que com informações em tempo hábil e constante sobre a real situação em que as florestas se encontram, bem como o nível tanto de extensão como localização do desmatamento, quanto mais cedo às informações chegam às autoridades públicas, governamentais e principalmente ao conhecimento cidadã, pode-se haver uma forte participação da opinião pública a esse respeito, e com isso haver o fortalecimento e melhoramento ao manejo e proteção florestal. Mas para isso é necessário que ocorra o compartilhamento efetivo das informações e imagens via satélite, o qual podem levar a melhores previsões para a mudança ambiental e com isso alimentar as decisões de política e gerenciamento, e ciência, e mudança de comportamento de todos os envolvidos (FULLER, 2006; PARR et. AL, 2003).

A manutenção da floresta tropical amazônica representa um benefício significativo para todos os países do mundo por causa dos altos custos potenciais de danos climáticos, avaliando a mudança caso essas florestas sejam substituídas por terras com baixa biomassa. A forma como o crédito é calculado para este serviço ambiental influencia fortemente tanto o valor atribuído ao serviço, quanto ao tipo de monitoramento necessário. Os países amazônicos, principalmente o Brasil, buscou certa resistência aos ganhos que poderiam adquirir com o intuito de converter o ambiente, serviços das florestas, incluindo os benefícios de carbono, em possíveis fluxos (FEARNSIDE, 1997).

Vários autores discutem sobre o conceito e as tipologias de transparência como uma forma de divulgar informações pertinentes às ações governamentais a fim de que tanto a população quanto órgãos, auditores e outras partes interessadas possam supervisionar e intervir em cada uma dessas ações de maneira a responsabilizar os agentes de governo sobre suas atuações. No entanto, pondera-se que não se encontra uma definição direta do termo transparência, mas apresentam-se dificuldades associadas ao acesso à informação que deveriam ser divulgados por parte dos meios corporativos os quais têm responsabilidades na preservação do meio ambiente (KIMERLING, 2001, RAJÃO; GEORGIADOU, 2014).

Os resultados da investigação de Bizzo e Michener (2017) mostraram que se é baixa a evidência de transparência nas conformidades com as obrigações da Lei de liberdade de informação no Brasil, no entanto, algumas agências governamentais para se manterem em conformidade com as exigências de transparência na governança utilizam plataformas eletrônicas de liberdade de informação, possuindo assim melhor desempenho nas questões de participação e envolvimento nas causas da Amazônia.

Nesses estudos que circulam em torno da questão “transparência na governança” principalmente envolvendo o ambiente florestal da Amazônia, observa-se que a transparência tende mais ao significado de visibilidade/notoriedade e informação verdadeira, transmitidas sem qualquer deturpação, servindo de indispensável ferramenta para a coordenação de políticas inter e intra governamentais, ponto principal em uma governança de sucesso (BIZZO; MICHENER, 2017; ISLAM, 2016).

Para Davis et. all (2013) e Joss (2010), dentro dos principais processos de governança democrática, para se haver a responsabilização e a participação do público, a existência da transparência torna-se questão de primeiro ponto, servindo de uma espécie de relatório básico de governança, para trazer resultados de melhoramento ambiental (FLORINI, ANN 2000; GUPTA, A.; MASON, 2014; MOL, 2015).

De acordo com relatórios recentes sobre o controle do desmatamento no Brasil, houveram esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Isso é atribuído a uma combinação de estilo de comando e controle de regulação pública e pressão da sociedade civil. Comparando as origens, os atores e as perspectivas dos três casos diferentes de recursos governamentais no sul da Amazônia, percebeu-se que os principais desafios das tentativas de regulamentação são a falta de transparência e a apropriação de agências estatais por grupos poderosos. Nesse aspecto, devido à fraqueza institucional, os vários esforços de regulamentação falham em considerar os links do sistema necessários para uma implementação eficaz (SCHÖNENBERG, 2015).

Dessa maneira, desenvolve-se na questão transparência na Amazônia, a necessidade urgente de criação de uma agenda de pesquisa, que possibilite a discussão continuada destes processos e que revele a importância de tal discussão para a sociedade civil dos países que compõem a região.

5.3 A necessidade de uma agenda para a transparência na Amazônia

Alguns trabalhos avaliados nesta revisão apontam para agendas de pesquisas futuras as quais contenham, por exemplo, um avaliador das medidas tomadas para se obter melhores e mais claras informações sobre os atos de governança, seus cumprimentos e atividades desempenhadas na Amazônia, uma vez que foi verificada grande resistência à transparência como no caso dos autores Bizzo e Michener (2017). Além da necessidade de monitoramento das cadeias produtivas que impactam significativamente na Amazônia, através de indicadores de transparência, como os apontados na pesquisa intitulada de Using supply chain data to monitor zero deforestation commitments: an assessment of progress in the Brazilian soy sector (ZU ERMGASSEN, 2020).

De acordo com Bizzo e Michener (2017) há um déficit generalizado no cumprimento da transparência, especialmente no que diz respeito à resistência à divulgação de informações de natureza estratégica para a compreensão do status da região no que concerne seus recursos naturais. Neste sentido, pode-se dizer que a resistência torna tudo mais significativo devido à natureza politicamente sensível e complexa das informações sobre proteção florestal, por exemplo (BIZZO; MICHENER, 2017).

Nesse contexto, a resistência à divulgação é geralmente motivada para evitar a culpa ou responsabilização (HOOD, 2010) e este desejo surge a partir de notas básicas como: a capacidade de produção insuficiente, treinamento em informações de renda e desorganização ou fraco desempenho das políticas adotadas. A

importância de um estudo aprofundado sobre Transparência, segundo a percepção dos autores, é mostrar a necessidade de maiores informações para a avaliação dos compromissos que o governo divulga no que corresponde à proteção da floresta amazônica, os quais se apresentam bastante limitados.

A falta de controles e cumprimento de obrigações de transparência, e ainda menos regras para reduzir o desmatamento, parecem ser uma grande parte do problema observado no domínio da Amazônia. Falando em Brasil, por exemplo, dar às unidades federadas brasileiras uma independência significativa na gestão, supervisão e fiscalização de seus próprios assuntos, entretanto, muitas vezes têm deficiências.

Já para as situações de desmatamento, o uso sustentável da terra no sul da Amazônia precisa de controle mais efetivo baseado em análise dos regulamentos de recursos regionais necessários ao ambiente e um fortalecimento das instituições envolvidas (SCHÖNENBERG, 2015).

A partir disso, Haselip James (2011) salienta a relevância da presença de mais incentivos e apoio aos compromissos com a Iniciativa de Transparência e sua relação com às Indústrias Extrativas por partes dos países nos quais pertencem as grandes indústrias extrativas de petróleo e gás, por exemplo. Além do incentivo, também é encontrada a necessidade de participação e envolvimento em debates políticos sobre a governança na Amazônia. Isso faz gerar um aumento também da transparência, não somente promovendo inquietações sobre se as políticas de transparência cumprem suas promessas ou mesmo se a divulgação das requeridas informações proporcionam um ambiente melhor, mas provocando mudanças de comportamento e conscientização de responsabilidades e deveres de governança ambiental que deveria ser dever de todos (RAJÃO; GEORGIADOU, 2014).

Diante disso, faz-se também necessária uma agenda que contenha trabalhos com governos, ambientalistas e residentes afetados em países em desenvolvimento a fim de obter mecanismos transparentes, assim como auditorias participativas e transparentes, de participação internacional (KIMERLING, 2001).

Na visão de Roger Merino Acuña (2015), os limites da governança, ou de quando a transparência por si só não será sinônimo de equidade nas políticas governamentais, especialmente, quando ganhos econômicos substantivos estão em jogo. Ressaltando assim, a análise do conflito para a compreensão de políticas públicas na Amazônia, pois a Amazônia não é um paraíso, mas sim um espaço historicamente cheio de conflitos.

6. Considerações Finais

Esta pesquisa, de caráter exploratório e inicial sobre as implicações e as visões de transparência para a Amazônia, visa contribuir para o debate atual das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento para essa região do planeta, que longe de ser inabitada, é espaço de uma infinidade de problemáticas próprias e que estão muitas vezes à margem das grandes discussões de desenvolvimento no Brasil e na América Latina.

Apesar de sua preservação ser um debate público cada vez mais central, a Amazônia é uma região hiper-explorada, cujos valores não são mensurados e cuja natureza das negociações comerciais e extrativas muitas vezes envolve meios escusos e desleais, sendo demonstrado que esta não é uma problemática da Amazônia Brasileira, mas se repete, de forma dolorosa, em outros países latinos como Equador e Peru.

Cadeias de suprimentos e valor são criadas e mantidas, mas não é possível saber de maneira clara seus impactos, também não se vê unanimidade na avaliação de eficácia das atuais políticas existentes para a boa governança na região, seja de governos, quanto de corporações. Nos trabalhos selecionados, a temática ambiental foi preponderante, deixando claro que as ações humanas sobre essa parte do planeta

tem impactos que geram conflitos e que inexistem uma política pública que se volte exclusivamente para a construção de uma pauta de transparência para a Amazônia.

Os problemas oriundos da falha ou ausência de comunicação efetiva de transparência são de modo geral evidentes a partir dos achados como grilagem ou práticas delituosas de lotear terras públicas sem a devida autorização do órgão responsável, além do desmatamento ilegal, que no que lhe concerne, foi percebido como a problemática mais encontrada nos trabalhos selecionados, e de conflitos locais por posse de terras dentro da Amazônia, etc.. todos esses dilemas configurados como crimes contra a Amazônia são facilitados pela falta de informação/transparência por parte dos governantes.

Embora exista a Lei de Acesso a Informações Públicas (LAI) como foi mencionada ao longo do trabalho, e em nenhuma das situações de uso da Lei, foi de fato na sua totalidade satisfatória.

Com isso, ter dados e informações claras e transparentes das ações que envolvem a Amazônia e de fácil acesso possibilita mais participação popular e governamental, além da criação de efetivas políticas públicas de modo a gerir com qualidade desse habitat vasto e rico em território, fauna e flora, um patrimônio populacional. Por conseguinte, órgãos como tribunais de contas e Ministério Público também acabam por serem prejudicados com a falta de transparência através de informações ineficazes para um controle e busca de melhorias.

Por isso, a busca por uma agenda de pesquisa, pois se pergunta: por onde começar? Os trabalhos analisados propõem a construção de indicadores, mas também uma perspectiva da transparência que envolve gente, ou seja, conhecer e monitorar grupos de poder que buscam ganhos econômicos na floresta, mas não a habitam. Um monitoramento encontrado nos estudos, e conseqüentemente, ferramenta de ação para pesquisas sobre a evolução do nível de preservação, são os monitoramentos via satélite, pelos quais se podem obter informações mais precisas do controle florestal. No entanto, a questão da transparência na governança ainda precisa ser discutida, de maneira que as informações cheguem ao conhecimento de todos os agentes que intervêm para soluções e propostas de melhoria para o desenvolvimento da região.

Por fim, os trabalhos referentes à governança na Amazônia trataram de discussões relativas ao desmatamento florestal, onde foram localizadas pequenas indicações de transparência em conformidade com a Lei de Liberdade de Informação, em que se percebe, contudo, a existência de raros estudos referente à transparência na governança na Amazônia.

Além de uma lacuna encontrada na busca por transparência na Amazônia sobre a importância da existência dos povos indígenas na região, pois se acredita que toda sociedade de modo geral é afetada com os crimes cometidos contra o meio ambiente e demais ações que envolvem o espaço territorial, e esses problemas também são crimes cometidos tanto contra as comunidades amazônicas como indígenas, pois estão diretamente ligadas e presentes no território florestal.

Portanto, conter mais trabalhos que incluam as necessidades vividas por essas comunidades são fundamentais, além de promover debates e discussões que promovam a transparência e participação social nos vários contextos amazônicos, e conseqüentemente atrair políticas de combate não só contra os crimes ambientais, destruição florestal, desmatamento, ações de madeireiros e garimpeiros, mas também às tentativas de violação dos direitos dos povos tanto tradicionais como os indígenas, e assim evoluir na defesa do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e melhorias na estruturação dos órgãos competentes da região.

O presente estudo de revisão pretende e deve ser ampliado, para outras bases de dados, brasileiras e latinas que possam subsidiar um conhecimento não apenas para a Amazônia, mas também a partir da Amazônia. Devido a isso, percebe-se que existem muitas lacunas a serem preenchidas e discutidas no que diz respeito aos termos de transparência na governança, bem como a necessidade de trabalhos futuros que

promovam a distribuição de informações que cheguem, principalmente, aos cidadãos e façam com que eles sejam agentes que participam e intervêm em propostas de políticas públicas.

Neste sentido, e por fim, deve-se notar que o estudo pode ser o marco inicial de discussões mais profundas sobre estes termos, acreditando que possam auxiliar no entendimento das melhores práticas de transparência na região da Amazônia.

Referências:

ACUÑA, R. The politics of extractive governance: Indigenous peoples and socio-environmental conflicts. *The Extractive Industries and Society*, v. 2, n. 1, p. 85-92, 2015.

ALVES, L.; BARBOZA, F.; RIBEIRO, K. Transparência, desempenho e risco: uma análise do comércio eletrônico. *Enfoque – Reflexão Contábil*, v. 37, n. 3, 2018.

ANGELICO, F.; TEIXEIRA, M. Acesso à informação e ação comunicativa: novo trunfo para a Gestão Social. *Desenvolvimento em Questão*, v. 10, n. 21, 2012.

BECKER, K. B. Geopolítica da Amazônia. *Estud. av.* vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005. Acesso em: 01 mai. 2021.

BECKER, B.; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. *Oficina de Textos*, 2008. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5Og8BAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=bertha+becker+amaz%C3%B4nia&ots=4gnDZchaSY&sig=fv_XAM4i0cxXN6Yxzl1bfr2wZHY#v=onepage&q=bertha%20becker%20amaz%C3%B4nia&f=false. Acesso em: 01 mai. 2021.

BIZZO, Eduardo; MICHENER, Gregory. Forest Governance without Transparency? Evaluating state efforts to reduce deforestation in the Brazilian Amazon. *Environmental Policy and Governance*, v. 27, n. 6, p. 560-574, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 05 dez 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 06 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20112014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em: 06 dez. 2019.

DAMASCENA, L.; ALVES, K.; CAMARA, R. Discussões relativas à transparência das empresas de auditoria e a qualidade dos seus serviços. *Registro Contábil*, v. 2, n. 2, 2011.

DAVIS, C.; WILLIAMS, LG.; LUPBERGER, S.; DAVIET, F. *Assessing Forest Governance: the Governance of Forests Initiative Indicator Framework*. World Resources Institute: Washington, DC, USA 2013. Disponível em: <https://www.wri.org/publication/assessing-forest-governance>. Acesso em : 06 dez. 2019.

EMPINOTTI, I.; LUCENA, V. JACOBI, II.; ROBERTO, P. FRACALANZA, A. *Transparência e a Governança das Águas*. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880006> . Acesso em: 06 dez. 2019.

FEARNSIDE, P. M. Monitoring needs to transform Amazonian forest maintenance into a global warming-mitigation option. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 2, n. 2, p. 285-302, 1997.

CAMARGO FILHO, M. O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica. *Revista da CGU / Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União*. Brasília Volume 10 Nº 16Jan/Jun2018. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/34493> Acesso em: 25 abr. 2021.

FERNANDES, Talita Hermógenes et al. *A Política Pública de transparência nos municípios do Amazonas: sinergias entre o controle social dos recursos públicos e o Tribunal de Contas Estadual*. 2020.

FLORINI, A. The end of secrecy. In: *Power and Conflict in the Age of Transparency*. Palgrave Macmillan, New York, p. 13-28. 2000.

FRANKE, L. et al. Estudo comparativo da transparência nos portais eletrônicos de municípios gaúchos. *Estudo e Debate*, v. 27, n. 1, 2020.

FULLER, D. Tropical forest monitoring and remote sensing: A new era of transparency in forest governance? *Singapore Journal of Tropical Geography*. V. 27, p. 15-29. 2006.

GALVÃO, T.;; PEREIRA, M. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 23, p. 183-184, 2014.

GEBARA, M.; THUAULT, A. *Mitigation in Brazil's Land Use Sector. An Introduction to the Current National Policy Landscape*, Working Paper. World Resources Institute: Washington, DC. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279931688_GHG_Mitigation_in_Brazil%27s_Land_Use_Sector_-_An_Introduction_to_the_Current_National_Policy_Landscape. Acesso em: 06 dez. 2019.

GEORGIADOU, Y.; LUNGO, J.; RICHTER, C. Citizen sensors or extreme publics? Transparency and accountability interventions on the mobile geoweb. *International Journal of Digital Earth*, v. 7, p. 516–533, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17538947.2013.782073>. Acesso em: 06 dez. 2019.

GREGORY, M.; THALER, C.; TONI, F. *From frontier governance to governance frontier: The political geography of Brazil's Amazon transition*, 2019. Disponível em: DOI: 10.1016/j.worlddev.2018.09.022. Acesso: 06 dez. 2019.

GIUSTI, D. Desmatamento na Amazônia chega a 196 km² em janeiro de 2021, aponta Imazon. <<https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-chega-a-196-km%C2%B2-em-janeiro-de-2021>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

GUPTA, A.; MASON, M. *Transparency in Global Environmental Governance: Critical Perspectives*. MIT Press: Cambridge, MA, 2014. Disponível em: <https://mitpress.mit.edu/books/transparency-global-environmental-governance>. Acesso em: 06 dez. 2019.

HASELIP, J. *Transparency, consultation and conflict: Assessing the micro-level risks surrounding the drive to develop Peru's Amazonian oil and gas resources*. In: *Natural Resources Forum*. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2011. p. 283-292.

HOOD, C. *The blame game: Spin, bureaucracy, and self-preservation in government*. Princeton University Press, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Atualiza Mapa da Amazônia Legal*. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28089-ibge-atualiza-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 01 mai. 2021.

ISLAM, R. Does more transparency go along with better governance? *Economics and Politics*, v. 18, p. 121–167, 2016. Disponível em: DOI: 10.1111/j.1468-0343.2006.00166.x. Acesso em: 06 dez. 2019.

JACOBI, P.; CIBIM, J.; SOUZA, A. *Crise da água na região metropolitana de São Paulo–2013/2015*. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, v. 19, n. 3, p. 422-444, 2015. Acesso em: 03 Jun.2021

JOSS, S. *Accountable governance, accountable sustainability? A case study of accountability in the governance for sustainability*. *Environmental Policy and Governance*, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/eet.559>. Acesso em: 06 dez. 2019.

KIMERLING, J. *Corporate ethics in the era of globalization: The promise and peril of international environmental standards*. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 14, n. 4, p. 425-455, 2001. Acesso em: 31 mai.2021.

KOPPELL, J. *Pathologies of Accountability: ICANN and the Challenge of "Multiple Accountabilities Disorder"*. *Public Administration Review*, v. 65, n. 1, 2005.

LEITÃO, R.; S. *Governança de Projetos em TI*. Site. Disponível em: http://www.ogerente.com.br/novo/artigos_1er.php?canal=14&canallocal=46&canalsub2=148&id=792. Acesso em: 08.12.2019.

LEITE, K.; LIRA, A. *Análise dos Fatores Determinantes da Transparência na Gestão Pública dos Estados Brasileiros: Uma Abordagem à Luz da Teoria da Agência*. *Anais XLIV ENCONTRO DA ANPAD - EnANPAD 2020, Evento on-line - 14 a 16 de outubro de 2020*. Disponível em: http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=Mjg4NTM= Acesso em: 01 de jun. de 2021.

LOPES, C. *O uso das Tecnologias da Informação e Comunicações nas políticas de acesso à informação pública na América Latina*. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA*, 2011. Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2009_cristiano_aguiar_lopes.pdf Acesso em: 16 de jul. de 2021.

MACHADO, C.; RESENDE, A. *Tecnologia, meio ambiente e democracia: reflexões necessárias*. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 6, p. 749-771, 2020.

MACIEL, C. *Lei de acesso à informação no governo federal: um balanço dos seus oito anos de vigência*. *REDAP – Revista de Direito da Administração Pública*, v. 1, n.1, 2021.

MOL, A. *Transparency and value chain sustainability*. *Journal of Cleaner Production*, v. 107, p. 154–161, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.11.012>. Acesso em: 08 Mai. 2021.

MICHENER, G. *Liberdade de Informação: uma síntese dos dilemas de conformidade de suas possíveis soluções*. In: *ARTIGO 19 - Leis de acesso à informação: dilemas da implementação*, 2011.

- NEPSTAD, D.; STICKLER, C.; FILHO, B.; MERRY, F. Interactions among Amazon land use, forests and climate: prospects for a near-term forest tipping point. *Trans. R. Soc.* 2008. Disponível em: <http://doi.org/10.1098/rstb.2007.003>. Acesso em: 15 fev 2021.
- PARR, T.; SIER A.; BATTARBEE, R. et al. Detecting environmental change: science and society – perspectives on long-term research and monitoring in the 21st century. *The Science of the Total Environment*, p. 1–8, 2003.
- RAJÃO, R.; GEORGIADOU, Y. Blame games in the Amazon: Environmental crises and the emergence of a transparency regime in Brazil. *Global Environmental Politics*, v. 14, n. 4, p. 97-115, 2014.
- RAUPP, F.; PINHO, J. Precisamos evoluir em transparência? - Uma análise dos estados brasileiros na divulgação de informações sobre a Covid-19. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, v. 14, n. 39, 2020.
- RODRIGUES, K. Desvelando o conceito de transparência: seus limites, suas variedades e a criação de uma tipologia. *Cad. EBAPE.BR vol.18 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2020* Epub July 10, 2020. Disponível em: <http://orcid.org/0000-0001-9330-6399>. Acesso em: em: 25 abr. 2021.
- SCHÖNENBERG, R. et al. What comes after deforestation control? Learning from three attempts of land-use planning in southern Amazonia. *GAIA-Ecological Perspectives for Science and Society*, v. 24, n. 2, p. 119-127, 2015.
- SILVEIRA, P.; DA SILVA, R. A implementação da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil e a cultura do sigilo: análise dos portais do Poder Executivo Federal. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v. 65, n. 3, p. 85-114, 2021.
- SOUZA, J.; GOMES, M. Participação popular na gestão transparente do meio ambiente: educação ambiental e direito à informação. *Revista Jurídica Da FA7*, v. 17, n. 1, p. 81-94, 2020.
- STEINBERG, H. A dimensão humana da governança corporativa: pessoas criam as melhores e piores práticas. São Paulo: Editora Gente, 2003.
- TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*. Ijuí: Ed. Unijuí, vol. 3, n. 5, jan.-jun. 2005, p.101-124.
- VAZ, J.; RIBEIRO, M.; MATHEUS, R. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. *Cadernos PPG-AU/FAUFB*, Salvador, v. 9, p. 45-62, 2010. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/5111/3700> >. Acesso em: 25 abr. 2021.
- VERDUM, A.; TREVISAN, L.; DA SILVA, R. Cognoscibilidade e controle social da transparência pública sob a égide da demodiversidade: estudo empírico de portais eletrônicos ministeriais latino-americanos. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 1, 2021.
- XIAO YU, M. W. Guidance on Conducting a Systematic Literature Review. *Journal of Planning Education and Research*. 2017.
- ZU ERMGASSEN, E. et al. Using supply chain data to monitor zero deforestation commitments: an assessment of progress in the Brazilian soy sector. *Environmental Research Letters*, v. 15, n. 3, p. 035003, 2020.